

DECRETO N° 2.488/2007

Súmula: Regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão presencial no âmbito da administração direta do Município de Bandeirantes(PR) e dá outras providências.

José Fernandes da Silva, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002,

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam regulamentadas as normas e procedimentos relativos à modalidade denominada Pregão Presencial, no âmbito da Administração Direta, Indireta e Funcional do Município de Bandeirantes(PR).

Art. 2º - Pregão Presencial é a modalidade de licitação, do tipo menor preço, destinada a aquisição de bens e à prestação de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

§ 1º - Consideram-se bens e serviços comuns, para fins e efeitos deste Decreto, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, relacionados no Anexo ao presente Decreto.

§ 2º - Dependerá de regulamentação específica a realização de Pregão Eletrônico com a utilização de recursos de tecnologia da informação.

Art. 3º - A licitação na modalidade Pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como as locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 4º - A fase preparatória do Pregão observará as seguintes etapas:

- I – justificativa da contratação;
- II – definição do objeto do certame da forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento ou a prestação de serviços:

III – planilhas de orçamento com os quantitativos e os valores unitários e totais, com a indicação da fonte de pesquisa, no caso de serviços, e pesquisas de preços, no caso de compras, obedecidas as especificações do inciso anterior e as praticadas no mercado;

IV – fixação de critérios de aceitação das propostas, das exigências de habilitação e das cláusulas do contrato, inclusive a condição e forma de pagamento, as obrigações das partes, as condições de fornecimento e prestação de serviços, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento, legislação específica e demais condições essenciais para o fornecimento ou serviço;

V – a indicação da disponibilidade de recursos orçamentários com a indicação das respectivas rubricas e o cronograma de desembolso financeiro;

VI – aprovação das minutas de edital e de contrato por assessoria jurídica do Município;

VII – designação, pelo Sr. Prefeito Municipal, do pregoeiro responsável pelos trabalhos e sua equipe de apoio;

VIII – autorização de abertura de licitação pela autoridade competente.

§ 1º - No caso de prestação de serviços deverá ser juntado documento que contenha a descrição dos serviços a serem executados, prazo e condição de execução e os demais elementos capazes de influenciar no preço a ser ofertado.

§ 2º - O responsável pelas especificações técnicas do projeto licitado comporá a equipe de apoio do pregoeiro.

Art. 5º - O pregoeiro será designado dentre os servidores municipais e a equipe de apoio, integrada em sua maioria por servidores pertencentes ao quadro permanente do Município, deverá prestar a necessária assistência ao desempenho de suas funções.

Parágrafo Único – Observada a regra de competência estabelecida no art. 6º, os integrantes da equipe de apoio responderão solidariamente por todos os atos praticados pelo pregoeiro, ressalva a posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 6º - As atribuições do pregoeiro e sua equipe de apoio incluem:

I – o credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para a formulação de propostas, lances e demais atos inerentes ao certame;

II – o recebimento dos envelopes das propostas de lances e da documentação de habilitação;

III – a condução dos procedimentos relativos aos lances;

IV – a abertura dos envelopes das propostas de preços, a análise de aceitabilidade das propostas e lances e sua classificação;

V – a negociação dos preços com vistas à sua redução;

VI - a abertura dos envelopes de habilitação e análise;

VII – a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, se não tiver havido sessão pública a declaração de intenção motivada de interposição de recurso;

VIII – a elaboração de ata;

IX – o recebimento dos recursos e o encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior para a decisão, adjudicação do objeto da licitação e homologação ou revogação ou anulação do procedimento licitatório.

Art. 7º - A fase externa do Pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I – publicação de aviso em jornal de publicação oficial da municipalidade, facultada sua divulgação pela internet;

II – publicação de aviso em jornal de grande circulação no Estado, quando o valor estimado da contratação for igual ou superior a R\$-650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

III – o aviso publicado contará a descrição do objeto, a indicação do local, datas e horários em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e em que será realizada a sessão pública do Pregão;

IV – o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados de sua efetiva disponibilidade, para os interessados prepararem suas propostas;

V – no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, podendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VI – aberta a sessão, os interessados apresentarão à equipe de Pregão, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

VII – o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, ordenando-as em ordem crescente de valor;

VIII – em seguida identificará a proposta de menor preço cujo conteúdo atenda as especificações do edital;

IX – as propostas com valor superiores em até 10% (dez por cento) da proposta de menor preço serão classificadas em ordem crescente;

X – o conteúdo das propostas do inciso anterior será analisado, desclassificando aqueles cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixadas no edital;

XI – não havendo, no mínimo, três propostas válidas nos termos dos incisos VIII e IX, serão selecionadas até três melhores propostas e os seus autores convidados a participar dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

XII – em caso de empate das melhores propostas, na hipótese do inciso anterior, todos os proponentes com o mesmo preço serão convidados a participar dos lances verbais;

XIII – em seguida será dado início a etapa de apresentação de lances verbais, formulados de forma sucessiva, inferiores a proposta de menor preço;

XIV – o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior

preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

XV – a ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

XVI – caso não se realizem lances verbais, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XVII – quando comparecer um único licitante ou houver uma única proposta válida caberá ao pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado;

XVIII – declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de valor, o pregoeiro examinará a aceitabilidade do lance da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito;

XIX – considerada aceitável a proposta de menor preço, obedecidas as exigências fixadas no edital, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu ator para confirmação das suas condições habilitatórias, sendo-lhe facultado o saneamento da documentação na própria sessão;

XX – constatado o atendimento das exigências habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XXI – o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a habilitação do proponente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XXII – nas situações previstas nos incisos XVI, XVII, XVIII e XIX, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço menor;

XXIII – a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memórias no prazo de três dias úteis, contados do dia subsequente à realização do Pregão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XXIV – o recurso contra a decisão do pregoeiro e sua equipe de apoio terá efeito suspensivo;

XXV – o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXVI – decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto do Pregão ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;

XXVII – a falta de manifestação motivada do licitante na sessão importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor encaminhando o processo para homologação pela autoridade superior;

XXVIII – homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo definido em edital, respeitado o prazo de validade de sua proposta;

XXIX – o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital;

XXX – o resultado final do Pregão será divulgado em jornal, declarado órgão oficial do município, facultada sua divulgação na internet, com a indicação da modalidade, do número de ordem e da série anual, do objeto, do valor e do licitante vencedor;

XXXI – como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

XXXII – quando o adjudicatário convocado, dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar a assinar o contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observando o disposto nos incisos XXI e XXII deste artigo

XXXIII – após a celebração do contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais proponentes ficarão a disposição para retirada por 15 (quinze) dias;

Art. 8º - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimento, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

§ 1º – A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de dois dias úteis.

§ 2º - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta.

Art. 9º - Para habilitação dos licitantes será exigida, exclusivamente, a documentação prevista na legislação geral para a Administração Pública, relativa à:

I – habilitação jurídica;

II – qualificação técnica;

III – qualificação econômico – financeira;

IV – regularidade fiscal; e

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º - A documentação de que trata este artigo poderá ser substituída por Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Bandeirantes(PR), quanto às informações disponibilizadas para consulta direta aos interessados, desde que previstos no edital e que o registro tenha sido feito em obediência à legislação geral.

§ 2º - A administração não se obriga à exigência de toda a documentação descrita neste artigo, devendo verificar, caso a caso, aquelas indispensáveis ao cumprimento das obrigações decorrentes do contrato que se pretende celebrar.

Art. 10º - Ficarão impedidos de licitar e contratar com a Administração, pelo período de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração que aplicou a penalidade, o licitante que:

- I – ensejar o retardamento da execução do certame;
- II – apresentar documentação inverossímil exigida para o certame;
- III – não manter a proposta, lance ou oferta;
- IV – recusar-se a celebrar o contrato;
- V – falhar ou fraudar na execução do contrato;
- VI – cometer fraude fiscal.

§ 1º - A penalidade prevista no caput deste artigo será imposta após regular procedimento, garantidos ampla defesa e contraditório.

§ 2º - A penalidade prevista no caput deste artigo será obrigatoriamente registrada em Sistema de Cadastro da Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 11 – É vedada a exigência de:

- I – garantia de proposta;
- II – aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participar do certame; e
- III – pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital e da cópia do processo licitatório, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e os custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 12 – Quando permitida a participação de empresas na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

Parágrafo Único – O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativamente e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos e mandato com os documentos de habilitação.

Art. 13 – Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as normas estabelecidas no art. 33 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 14 – A autoridade competente para homologar o procedimento, mediante ato escrito e fundamentado, poderá revogar a licitação por ra-

zões de interesse público decorrente de fato superveniente ou desconhecido à época da abertura do certame, devidamente comprovado, e deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa.

§ 1º - A anulação do procedimento licitatório acarretará automaticamente a invalidação do contrato.

§ 2º - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 15 – Nenhum contrato será celebrado sem efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrentes, no exercício financeiro em curso.

Art. 16 – O extrato dos contratos ou de seus aditamentos era publicado no órgão de publicidade oficial municipal no prazo definido na Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 17 – Os atos essenciais do Pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cronologicamente ordenados, compreendendo todos aqueles praticados nas fases preparatórias e externas do certame.

Art. 18 – Compete à Divisão de Compras, sob coordenação do Pregoeiro Municipal, estabelecer normas e orientações complementares sobre a aplicação deste Decreto, proceder à atualização dos valores fixados no artigo 7º e do Anexo deste Decreto.

Art. 19 – Aplicam-se ao pregão presencial realizado no âmbito deste Município ainda, os demais regramentos ditados pela mencionada Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, e subsidiariamente as normas da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 20 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2007, assim, convalidando os pregões já realizados.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 09 de maio de 2007.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal

ANEXO/CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

1. Bens de Consumo

Água Mineral

Combustível, lubrificantes e óleos isolantes

Gás

Gêneros alimentícios

Material de expediente, didático e de desenho

Materiais hospital e ambulatorial

Material odontológico

Material laboratorial

Produtos farmacológicos (medicamentos)

Material de limpeza, higiene

Produtos químicos e biológicos

Uniforme e vestuário

Gêneros alimentícios (animais)

Agricultura (sementes e mudas de plantas)

Construção civil (materiais)

Massa asfáltica e CBUQ

Equipamentos de Proteção individual (EPI)

Material de cama, mesa e banho

Material desportivo e recreação

Material para equipamento fotográfico, som e imagem

Material elétrico, eletrônico e de iluminação

Embalagem e acondicionamento de material

Medicamentos veterinários

Pneumáticos e correlatos

Material hidráulico

Ferramenta em geral

Tintas, selantes e acessórios para equipamentos de informática

Material de costura, estofamento e calçados

Suprimentos e acessórios para equipamentos de informática.

2. Bens permanentes

2.1 Mobiliário em geral

2.2 Equipamentos em geral, exceto de informática

2.3 Utensílios de uso geral, exceto de informática

2.4 Veículos automotivos em geral

- 2.5 Computadores de mesa ou portátil (notebook), monitor de vídeo, impressora e scanner
- 2.6 Bandeiras, flâmulas e insígnias
- 2.7 Livros técnicos
- 2.8 Instrumentos musicais

SERVIÇOS COMUNS

- 1. Serviços de apoio administrativo
- 2. Serviços de apoio à atividade informática
- 3. Serviços de assinaturas de jornais, revistas, provedores e televisão a cabo e via satélite
- 4. Serviços de assistência hospitalar, médica e odontológicas médica
- 5. Serviços de mão de obra
- 6. Serviços de confecção de uniformes
- 7. Serviços de produção de eventos
- 8. Serviços de filmagem
- 9. Serviços fotográficos
- 10. Serviços de gás natural
- 11. Serviços de gás liquefeito de petróleo
- 12. Serviços gráficos
- 13. Serviços de hospedagem em geral
- 14. Serviços de jardinagem/paisagismo
- 15. Serviços de lavadeira
- 16. Serviços de manutenção e limpeza predial
- 17. Serviços de locação de bens móveis
- 18. Serviços de manutenção de bens imóveis
- 19. Serviços de manutenção de bens móveis
- 20. Serviços de remoção de bens móveis
- 21. Serviços de microfilmagem
- 22. Serviços de reprografia
- 23. Serviços de seguro
- 24. Serviços de tradução
- 25. Serviços de telecomunicações de dados
- 26. Serviços de telecomunicações de imagem
- 27. Serviços de telecomunicações de voz
- 28. Serviços de telefonia fixa
- 29. Serviços de telefonia móvel
- 30. Serviços de transporte
- 31. Serviços de vale refeição/alimentação
- 32. Serviços de vigilância armada e desarmada
- 33. Passagens aéreas/terrestres
- 34. Roçada e capina
- 35. Locação de equipamentos em geral
- 36. Serviços de comunicação (correios e telégrafos)
- 37. Locação de veículos

- 38. Serviços de manutenção de veículos
- 39. Serviços de manutenção de máquinas e equipamentos
- 40. Serviços de processamento de dados
- 41. Refeições
- 42. Serviços de órtese e prótese

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 09 de maio de 2007.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal